

**Accção
Realís
ta**

**revísta
quínzenal**

Na séde da Acção Realista recebem-se donativos para a Assistencia aos Monarquicos Necessitados.

SUMARIO

| | |
|---|--------------------------|
| <i>Carta aberta aos meus amigos e companheiros (aspecto economico).....</i> | por H. de Paiva Couceiro |
| <i>O humorismo de Camilo</i> | » Castelo Branco Chaves |
| <i>Ecos.</i> | |
| <i>A Provincia.....</i> | » Oscar Paxeco |
| <i>Três mundos.....</i> | » Caetano Beirão |
| <i>Acção Realista Portuguesa.</i> | |
| <i>Livros</i> | |

EXPEDIENTE

Participamos aos nossos assinantes que vamos proceder á cobrança da segunda série de dez números desta revista. Mas, para evitar despeza de cobrança pelo correio, muito nos obsequiavam todos aqueles que nos enviassem expontaneamente a importância de suas assinaturas, em troca do que remeteriamos o respectivo recibo.

Toda a correspondencia relativa à administração deve ser endereçada ao editor desta revista, Antonio Ferreira Junior.

Dois pedidos fazemos hoje aos nossos estimados leitores:

1.º que concorram, na medida das suas posses, para a subscrição do diário da Acção Realista;

2.º que cada um consiga, pelo menos, mais um assinante desta revista.

QUEREIS DINHEIRO?

JOGAE NO

Luna

R. do Amparo, 51

LISBOA

Telefone N. 4020

ACÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES



R. 75

Passou ante-ontem o aniversário natalício do grande português — figura medieva que se ergue como nenhuma a afirmar a vitalidade e o brio da nossa raça — o Comandante Henrique de Paiva Couceiro. Alma puríssima, character duma só fé, Nun'alvares das hodiernas lutas da Restauração, a Acção Realista Portuguesa honra-se de o contar entre os seus melhores amigos. A sua inteligência, esclarecida e disciplinada no mesmo doutrinarismo nacionalista que nos impulsiona, e a sua fé inquebrantavel nos destinos de Portugal, fazem com que o consideremos o chefe da contra-revolução portuguesa. O regime anti-nacional que nos subjuga conserva-o no exilio porque o considera, e bem, a figura de maior prestígio da Causa monarquica, aquela que seria capaz de operar a Restauração. Não importa. O seu espirito está connosco, o seu nome prestigioso ecba de norte a sul do país, e, na hora própria, a consciencia nacional saberá chama-lo a interpretar o aneio de todos os bons portugueses e a colocar novo D. João I no trono de Avis.

A Acção Realista, que tanto se orgulha de o contar entre os seus colaboradores, sauda-o em nome da geração nova, de expiação e resgate, e leva-lhe ás terras do exilio as saudações de Portugal.

CARTA ABERTA AOS MEUS AMIGOS E COMPANHEIROS

IV

ASPECTO ECONOMICO

(Continuação)

Nada deve portanto essa grande propriedade receiar das iniciativas colonisadoras do Estado, que antes lhe seriam favoraveis, visto que o retorno das populações á terra significa cerceamento da emigração e augmento de braços trabalhadores, e mercados consumidores.

Respondendo agora, — dirêmos que, para a empreza de colonisação interna, alem de terrenos do dominio publico, o Estado disporia de terrenos particulares que para obras de irrigação, ensecamentos, ou outras analogas houvessem de expropriar-se por utilidade publica, em virtude de recusa do proprietario a participar no regimen d'exploração previsto pela lei ; e eventualmente de terrenos particulares que se encontrem em pousio, ou incultos. Os proprietarios destes ultimos terrenos teriam de optar entre : venderem ao Governo em termos equitativos ; ou organisarem por conta propria ou por meio de sociedade que constituísse um systema viavel de colonisação : ou executarem nos mesmos termos (conta propria ou sociedade) um plano de aproveitamento agricola normal ; ou, finalmente aceitarem uma proposta d'arrendamento colectivo, nos termos da lei de colonisação.

*

O plano de fomento economico, sob a direcção superior do Estado, dirige-se desde logo àquellas molas reaes, de onde depende fundamentalmente o impulso intensificador da producção, taes como sejam nomeadamente : Ensino profissional e technico ; Investigação scientifica ; Credito ; Força motriz ; Irrigação ; Adubos ; e Transportes.

¿ Está alguma d'essas essencialissimas questões resolvida, no nosso País, em relação ao interesse geral, instalada e encaminhada nos termos competentes ?

Longe d'isso, infelizmente.

O nosso systema d'Instrucção manda para as luctas da vida uma percentagem excessiva de jovens com certas noções de culturas varias, mas totalmente alheios á eficiencia da producção agricola e industrial. Isto é, economicamente falando, o ensino portuguez produz uma hypertrophia relativa d'unidades improductivas, com prejuizo grave para a riqueza publica, para as contas do Thesouro, e para a ordem social, moral e politica.

E tanto é assim, que a Agricultura, as Industrias e o Comercio, bem pode dizer-se, sem exagero notavel, que vegetam, emquanto florescem, a deitar por fóra, os

clubs da politica, as ante-camaras dos ministerios, e os quadros dos empregados do Estado.

Muitos consumidores e poucos productores. Systema que tem por desfecho fatal a bancarrôta do País.

Embora as causas d'este pernicioso desequilibrio não residam apenas no systema da Instrucção, — não é menos certo, todavia, que a este pertence uma parte das culpas.

Querendo, como se faz mistér, salvar a Nação, e o Povo, da ruina e da decadencia, canalizando para as lides emancipadoras do trabalho economico grande massa da população portugueza, ha que preparar os meios proprios para tal efeito, quer dizer um extenso e intenso systema d'Instrucção Profissional e Technica.

Dentro d'esta orientação, vastissimos horisontes se rasgam perante as iniciativas do trabalho e do capital. São cada vez maiores os aproveitamentos utilitarios dos recursos e forças da natureza. Experimenta-se a sensação do extraordinario, — e mesmo do maravilhoso, — quando, atravez da leitura das revistas scientificas, — se forma uma ideia, embora superficial, das potencias d'energia criadora, e de synthese, e transformação de materias primas, que o engenho humano tem chamado ao seu dominio pelos seus desenvolvimentos da hydro-electricidade, da electro-metalurgia, e da electro-chymica, da chymica-agricola, da biochymica, da mechanica, etc., etc.

Tal é o terreno da alta cultura technica que pertence ás Escolas Superiores Technicas, por intermedio de corpos docentes que tenham ao seu dispôr dotações largas, quanto possivel, de material e de laboratorios. E a quem a lei faculte convivencias com os Países mais adiantados.

Mas a sciencia aplicada tem de difundir-se por forma que alcance, na devida conta e proporções, todas as actividades participantes nos actos da producção. Quer dizer, abaixo das escolas superiores, d'onde sahem os Engenheiros e os Chefes, estabelecem-se as escolas do 2.º grau, que habilitam os seus auxiliares, conductores de trabalhos, regentes agricolas, chefes d'oficina, etc., — e espalham-se largamente as do 3.º destinadas a formar varias classes de mecanicos, capatazes, pequenos lavradores, operarios ruraes e fabris, conscientes e conhecedores do seu officio, A geographia agricola e industrial nos indicaria quaes as especialidades d'Ensino a preferir em cada região.

Só esta vasta rêde d'individuos, com certas luzes d'iniciação ou habilitação technica, e apoiados nas irradiações locaes, post-escolares e permanentes, das granjas agricolas, laboratorios d'industria, e escolas diversas, terá influencia e acção de contagio que chegue para ir, por toda a parte, substituindo as praticas ignorantes, por processos mais eficazes, propagando aperfeiçoamentos, despertando novas iniciativas, descobrindo recursos ao abandono, multiplicando, n'uma palavra, os estacionarios rendimentos da exploração rotineira, pelo coeficiente patentissimo das orientações scientificas.

N'este genero, o que temos é simples miniatura. Faça-se a ampliação, concorrendo para ella, Estado, corpos administrativos, corporações profissionaes e particulares.

Para isto, sim, é que poderiam empenhar-se inclusivamente as pratas da casa, na certeza absoluta de que, a praso não muito longo, meios alcançariamos, não só para rehavelas, mas ainda para reforçar as baixelas do patrimonio nacional.

*

Na coherencia d'este systema d'ensino profissional e technico, o Estado, á testa do nacionalismo economico, organisaria junto a si um « Instituto d'Investigação Scientifica », objectivada concretamente sobre a Agricultura, Industrias e Minas do País, e um « Instituto de Pescas » destinados, um e outro, a estudar os problemas correspondentes e a consultar e esclarecer o Governo, e a preparar-lhe os diplomas relativos a taes materias ; e por outro lado a promover e a coordenar a acção investigadora de todos os laboratorios e centros scientificos do País, e o contacto d'elles com a Agricultura, a Pesca e a Industria em geral,

Assim a sciencia fecunda guiaria os passos não só dos governados, mas tambem dos governantes.

*

A obra economica não póde realizar-se sem concurso financeiro, quer dizer, sem um systema bancario.

Não basta, todavia, que existam Bancos. A eficacia da producção requer que haja tambem uma organização distributiva capaz de levar, com garantias d'acerto, os capitaes ao contacto com a massa dos individuos productores. Este contacto proporciona-se naturalmente ao abrigo da doutrina orgânica, visto que as « Caixas Syndicaes » que estão na base das « Corporações representam o verdadeiro instrumento do « Credito pessoal ». Estendida, pois, sobre o País uma grande rede de « Caixas Syndicaes, » as vantagens do « Crédito » iriam alcançar as mais modestas iniciativas do trabalho.

Estas « Caixas, » atendendo á pequenez dos seus recursos proprios, necessitam o apoio d'instituições mais fortes, papel que desempenhariam com oportunidade « Bancos Regionaes » pela circumstancia do conhecimento mais directo, que teem, da gerencia e gerentes de cada « Caixa. » Semelhantemente, servindo d'apoio aos Bancos Regionaes, nos surge a conveniencia d'existirem Bancos Centraes d'Agricultura, Industrias e Comercio, que seriam os bancos dos Bancos Regionaes, como estes seriam os bancos das Caixas Syndicaes. A hierarchia é racional e de beneficiosos resultados.

E, uns e outros, — Bancos Centraes e Bancos Regionaes, — não se limitariam a funcionar como bancos de depositos e descontos, mas funcionariam, sim, como bancos especiaes destinados ao preenchimento d'um fim economico d'estimulo ás Empresas Agricolas, Industriaes ou Comerciaes, servindo d'apoio á vida economica local, isto é, ás « Caixas » e « Cooperativas, » facilitando fundos a juros razoaveis para instalações industriaes, compras de machinas, obras hydraulicas, desbravamentos, plantações, etc., etc., — colaborando, emfim, na valorisação dos recursos naturaes do País, — sob forma de creditos em conta corrente, comanditas, adiantamentos sobre titulos, « warrants, » etc.

A logica d'estes principios conduziria á realisação de certos empreendimentos industriaes por meio de « Consorcios, » em que entrassem os fabricantes, ou possuidores dos elementos necessarios para a montagem dum determinado empreendimento, e conjunctamente os fabricantes de recursos financeiros, que são as instituições bancarias. Por

exemplo, para a construcção de «Centraes-hydroelectricas», ver-se-ia a aliança entre fabricas de cimentos, fabricas de turbinas, empreiteiros d'obras, e um ou mais bancos. E, visto o empreendimento ser interesse comum d'esses diversos associados, cada associado teria interesse em fornecer pelo menor preço-os elementos para a construcção. O proprio valor das instalações garantiria os adiantamentos. A obra sahiria economica e portanto a sua exploração vantajosa para os empregarios, e para os consumidores do fluido electrico.

Serve este exemplo das «Centraes-hydroelectricas» para pôr em fóco a philosophia geral das concentrações industriaes e financeiras, desdobrando-se em beneficios particulares e nacionaes, cuja practica muito conviria difundir. E' a analogia do principio realiado principalmente na Alemanha, sob o nome de «Concentração vertical», consistindo no agrupamento, dentro de uma unica Empresa, de todas as Industrias, que concorram para uma determinada mercadoria, — desde a extracção ou producção da materia prima, até á venda no mercado, — incluídos no mesmo agrupamento os respectivos bancos financiadores da Empreza.

Quanto a nós, — teriamos na parte superior d'esse grande edificio d'Associações particulares, o Estado com os seus dous poderosos estabelecimentos de Credito, — o Banco de Portugal e a Caixa Geral dos Depositos.

O 1.º d'elles, o Banco de Portugal, centro de todo o movimento fiduciario, «deveria ser a um tempo o propulsor de todas as Industrias, e o mais forte agente de todo o fomento nacional» (palavras textuaes do Relatorio do Banco, de 1899, consagradas no «Portugal Economico» d'Anselmo d'Andrade).

O 2.º a Caixa Geral dos Depositos, deveria egualmente, em obediencia mesmo ao seu Decreto reformador de 1918, canalisar tambem para o fomento nacional uma grande parte dos importantissimos capitaes que se acumulam nos seus cofres, provenientes dos depositos obrigatorios, e dos depositos voluntarios da respectiva Caixa Economica.

Não tem comtudo succedido assim, por varias razões, de que todos conhecemos, e ainda porque os augmentos da circulação fiduciaria do 1.º, e os depositos do 2.º mal tem bastado para cobrir os deficits do orçamento republicano.

Comprehende-se, no entretanto, o que poderiam ser sob a egide superior d'um Governo monarchico nacionalista, livre das peias e deturpações dissolventes e enviesadas do partiidarismo e do eleioeirismo, a Instituição bancaria emissôra e reguladôra da circulação da moeda, e chave ultima dos descontos, e da taxa dos mesmo, — e a Caixa Geral receptora d'uma grade parte das economias nacionaes. Completando-se o systema com um Conselho Superior dos grande bancos para instrumento de confiança e segurança mutua e com uma Camara de Compensações por meio da qual se diminuíssem as necessidades de circulação, e se desembaraçassem portanto maiores disponibilidades para novas operações.

A alta potencia bancaria d'esses dous estabelecimentos, — Banco de Portugal e Caixa Geral dos Depositos, — permittiriam, sem duvida, ao Estado exercer, — não só com as facultades de Poder Publico, mas ainda com efectividades financeiras, embora indirectas, — a missão tutelar, que o Nacionalismo lhe atribue, colocando-o em condições de realisar de facto a concentração vertical das forças governativas, bancarias, agricolas e industriaes.

A produção nacional depende da somma de força motriz que a Nação possa pôr em jogo. Nem mesmo racionalmente se entra na questão do fomento da riqueza publica, sem que logo d'entrada nos surja a necessidade d'estudar a questão das energias mechanicas, com que essa riqueza se cria. Pois que, de facto, as maiores ou menores quantidades e facilidades de força motriz marcam para todas as Empresas, o coeficiente de expansibilidade de que são capazes, quer se trate de Agricultura, ou d'Industria, quer se trate de Minas, Metalurgia ou Comunicações.

Produzir, e distribuir pelo País, energia a baixo preço, significaria, sem duvida, não só a tonificação das industrias que já funcçionam,—agricolas, ou fabris,—mas a valorisação de fontes varias de riqueza natural, que, pelas suas localisações excentricas, não teem sido até hoje economicamente exploraveis.

Tão alta é a transcendencia d'esta questão, como baixo o nivel das atenções e esforços que se lhe teem dedicado.

Existem energias potenciaes nas aguas dos rios, e nas minas de carvão, que temos, embora pobre. Sabe-se que, para transportal-as para qualquer ponto a forma mais comoda é a electrica. Sabe-se tambem que o melhor modo d'administrar essa massa d'energias hydro e thermo-electricas seria por meio d'um plano de conjuncto, quer dizer por meio d'uma rêde geral em que, segundo as oportuniades, se auxiliassem entre si, o hydraulico com o thermico, e uma região com outra região. E quando não fosse rêde geral, fosse ao menos o menor numero possivel de rêdes regionaes.

A applicação efectiva d'este criterio sobre o terreno, ninguem a está vendo em Portugal. Nem tão pouco estamos vendo em andamento, que se conheça, o indispensavel entendimento com a Hespanha acerca do Douro e Tejo, que precisamente representam a parte mais vasta dos potenciaes de nossa propriedade.

Dormem em resumo os governos sobre um assumpto do qual depende em grande parte a transformação economica de Portugal, quer no ponto de vista da força motriz, quer no da irregação, e no da regularisação e navegação de certos rios.

Um Governo verdadeiramente nacional poria o caso nos seus eixos conforme bem merece.

A grandiosidade do empreendimento, e a sua forte repercussão sobre a vida do País, conferem-lhe por utilidade publica, o character d'obra do Estado, sobre a qual este tem de reservar sempre os seus direitos de dominio e fiscalisação, embora para realisa-la e usal-a, possa proceder por concessões de construcção ou de exploração, nos termos que julgue convenientes.

Entende-se por «Rêde Geral» o conjuncto de linhas de transporte d'energia electrica em altas tensões, estendidas sobre todo o País, ligando entre si as «Centraes Geradôras», e as «Estações transformadôras», e irradiando d'estas para a alimentação do consumo. Conforme pôde concluir-se o seu destino especial é receber a energia por certos preços nos pontos da sua produção, e conduzi-la, e pôl-a á venda, nos pontos de consumo pelos mesmos preços. acrecidos com a sobre carga do transporte. Serviço d'eminente interesse

geral, cuja satisfação o Nacionalismo Economico colocaria certamente entre os primeiro objectos da sua iniciativa.

O projecto technico presupõe a assignatura previa do acôrdo com Madrid, acerca do Douro internacional, e do Tejo, e Guadiana. E requer, claro está, um inventario preliminar embora summario, das energias aproveitaveis, potencia presumivel de cada fonte, tramos convenientes para estabelecimento de quedas e possibilidades de reforçamento de caudaes d'estiagem por meio d'albufeiras. E por outro lado uma privasão de consumos, em iluminação, tracção electrica, electrificação ferro-viaria, e industrias presentes, e futuras susceptiveis d'introduccão vantajosa, como sejam nomeadamente as de adubos chymicos, minas e electro-metalurgia.

Dados estes, que as nossas Repartições technicas não teriam dificuldade em reunir. E elaborado o Projecto sobre essa base, a sua execução poderia levar-se a cabo por administração d'Estado, á qual se conferissem certos attributos d'autonomia, e determinadas, consignações orçamentaes. Ou por uma Empresa concessionaria sob fiscalisação do Governo.

D'uma forma ou d'outras a obra é de supremo alcance e urgencia inadiavel. E, com quanto implique grosso dispendio de capital, talvez se bem procurarmos, se encontrem meios para rasolver o problema, com resalva completa dos direitos soberânos. Pois que, afinal, ha com efeito uma certa diferença entre o pedir emprestimos para construcção d'obras remuneradoras, como faria um Governo Nacional, ou pedil-os para a voragem alimenticia de clientelas revolucionarias, como o tem feito os Governos republicanos.

★

Algumas «dezenas de mil» de kilowatios hydro-electricos produzidos, algumas «dezenas de mil» d'hectares irrigados, e umas centenas de kilometros de rios navegados, modificariam por completo o desequilibrio actual da nossa balança de comercio e de contas.

De facto ninguem ignora que o acrescimo de lucros, derivado da transformação de terrenos de sequeiro em terrenos de regadio, depressa póde amortisar o custo da obra d'irrigação, sempre que esta tenha obedecido a um plano racional, isto é, a um plano cujo orçamento se proporcione á extensão e ás circumstancias das terras que pelo mesmo plano se adquire para a rega. A irrigação n'esses termos representa, em resumo, um bom emprego de capital, desde o momento em que essas providencias d'ordem hydraulica se forcem com outras d'ordem povoadora, social, agricola e economica.

Quer dizer, quando a «Irrigação» seja um dos capitulos d'um plano geral de fomento economico, tal como aquelle que tentámos esboçar aqui. E a oportunidade de tal capitulo, acentua-a o Sr. Anselmo d'Andrade, quando nos diz que em nenhuma Nação da Europa se tem descuidado tanto o regimen das aguas publicas como em Portugal.

Assim o nosso Nacionalismo Economico consideraria o desenvolvimento da irrigação como objectivo d'Estado, em colaboração com os Corpos administrativos, Corporações agricolas, e empresas particulares.

(Continúo).

H. de Paiva Couceiro.

O humorismo de Camilo

... As outras são pura chalaça — o espirito portuguez, unico, a meu ver, que pode sahir das nossas officinas de caricaturistas».

CAMILO.

Áquele riso puramente intellectual e objectivo, resultante de um certo pessimismo colectivo ou unicamente individual, chamaram os inglezes «Humour». E a palavra correu mundo, sempre ingleza ou inglezada, mas traduzindo um sentimento universal — porque em toda a parte onde haja a dor de pensar o humorismo existe, sendo como é um estado intellectual e moral, resultante do exercicio objectivo do pensamento, aplicado à natureza humana ou às condições sociais do momento.

Sendo a forma intellectual do riso, a sua forma mais nobre e complicada, o humorismo, só se expande dentro de certas condições sociais, que são geralmente aquelas em que o divorcio entre a realidade politico-social e as ideias reinantes, mais se acentua. Por isso nos períodos de intenso combate doutrinario, nas épocas de crítica iconoclasta o humorismo se intensifica e no exercicio d'ele se revelam grandes artistas e se criam, tanto na literatura como nas artes plasticas, os tipos nacionais ou os símbolos humanos. A par deste humorismo, outro humorismo existe, motivado apenas ou quasi só na contradição que muitas vezes se dá entre a sensibilidade do artista e as condições materiais da sua vida. Este humorismo de condição meramente subjectiva cria, porém, unicamente curiosos casos individuais mas quasi nada representativos na generalidade. E' o caso de Franc-Nohain de quem Allais espiritualmente dizia: «É evidente que Franc-Nohain soffreu muito na vida. Contudo, permita Deus que elle ainda soffra mais para nos dar por muito tempo a delicia do seu humorismo».

Mais que uma expansão do gáudio é o humorismo um estado intellectual e moral que revela dentro de uma sociedade o fermento da revolta, que se vai robustecendo no descontentamento que lentamente o humorismo cria. Por isso Stapfer esteve quasi a tocar a verdade, quando definiu o humorista como um desenganado que em nada e em ninguém se engana, nem mesmo comsigo proprio.

*

Ora, se bem nos fixarmos nas manifestações do nosso gaudio ante as coisas e os seres que se nos afiguram risiveis, na maneira brutal como nos desforçamos do que nos desagrada e pesa, se bem atendermos no nosso processo de sátira, concluiremos que o povo portuguez não possui «humorismo» mas apenas um forte e característico temperamento caricatural, no que a caricatura tem de injusto, de leviano e por vezes genial. Por isso a caricatura, quer a caricatura descrita literariamente, quer a caricatura desenhada, é a manifestação irónica que entre nós, mais desenvolvimento tem logrado. O por-

tuguês nunca aprendeu a sorrir, nem tampouco, em algum tempo, amou o sorriso — expressão para êle muito dúbia de um sentimento que sempre possuiu forte e definido. A gargalhada foi sempre a mais frequente manifestação do seu gaudío e, ás vezes, o mais vibrante desforço das pessoas ou circunstancias que o flagelam e tiranisam.

O monstruoso, o hiperbólico do cómico, aquelle «Sancho-pancismo» intelectual que êle implica, agradam-lhe e estão-lhe na índole.

Os franceses fizeram da caricatura um epigrama, — e o espirito nacional francês teve sempre uma acentuada feição epigramática, e uns pronunciados laivos de humorismo, que não é o humorismo inglês, mas qualquer coisa de mais leve, mais espiritualmente alado, menos justo, porventura, mas sempre encantador e nobre.

O riso português nunca foi assim, — nunca, enquanto permaneceu sem mistura, conheceu a espiritualidade. Os proprios *messias* do riso nacional, aquelles que por sua cultura e contacto com o pensamento europeu, mais humoristicamente podiam ver as coisas e as pessoas, esses mesmos se ressentem do caricaturismo da grei. O diabo nos autos de Gil Vicente, não é esse ser infernal e tenebroso que aparece em todas as literaturas medievais, mas um chalaceadôr chocarreiro, parlapatão, que é uma caricatura do proprio diabo. Nada tão aproximado do *Zé Povinho*, de Bordalo, como os diabos do *Auto da Feira* e do *Auto da Barca*. Se viermos por aí fóra, passando por Ribeiro Chiado, por Antonio Prestes e Antonio José, o Judeu, até chegarmos ao século XIX, em que elementos estrangeiros influenciam a nossa cultura, o nosso rir é sempre aquelle rir de gente embuchada de feijão branco e orelha de sevado» a que aludiu Camilo e que Bordalo estereotipou no *Zé Povinho*. Em pleno século da elegância e do espirito, quando pela pênna de um Chamford e pela palavra de um Rivarol, uma civilização fazia o seu testamento espirituoso, inteligente e elegantissimo, o nosso espirito alimentava-se de *bernardices*.

Só a chalaça. «*A nossa sociedade não dá para mais*» dirá Camilo, com um certo ar de queixa; mas êle proprio, que é por ventura o maior ironista português, um como que redentôr do riso nacional, aquecendo a sua ironia fustigante na chama do mais ardente sarcasmo, será a encarnação genial, talvez a última, do genuino satirismo português. Esse satirismo, porém, tem a anima-lo razões de ordem intelectual que o nobilitam e lhe dão justamente um logar de destaque no quadro geral do humorismo no seculo XIX.

Nessa genealogia do riso, que á guisa de prologo antecede a novela «*Mulher Fatal*», Camilo esquiça a sua ideia de humorismo: «*Claro é que rir é attributo de ser racional. A par e passo que a razão se alumia e fecunda, as contracções musculares amiam-se Raciocinar é rir. O acume da sabedoria humana é ver os reversos das tragedias sociais: Cá está por força a comedia. A ignorancia que esterilisa, e mirra e encalvece é a que só deixa ver uma face da medalha. — É preciso ter chorado para immortalisar o riso no livro, strophe, na sentença, na palavra.*

O riso que escava, mina e alue theogonias; O riso que desfaz religiões, cujo berço boiou embalado sobre ondas de sangue;

O riso que abate a abobada do templo sobre as ossadas dos martires;

O riso que revolutea as tormentas dos imperios e abisma thronos, e espuma espadananas de lama — lama com que as gerações erigem os seus marcos milenarios, as suas chronologias gloriosas».

ACÇÃO REALISTA

A esta precisa e clara idéa de humorismo vai juntando êle, na citada introdução, a linha evolutiva do seu espirito até atingir como ia atingindo, esse estado intelectual e moral:

«Conheço-me. Dei o primeiro passo na senda da sabedoria, segundo Cicero: «Se ipsum nosce». Cavei com utilidade no preceito Nosce te ipsum. Sabia felizmente um pouco de latim para me entender mais depressa.

A minha raiva ao planeta em que estou é acerba; mas fica muito aquém da misantropia. Em rapaz fiz de Heraclito, quando não conhecia melhor do que hoje este grego que aforou as lagrimas com honras de escola de philosophia.

.....

Por mim e pelos meus vizinhos também eu chorei. Eis que desce a geada de muitos invernos a nevar-me, o frio a filtrar, a temperatura dos liquidos a descer, o sangue a coagular-se, e logo o cristalisar das lagrimas no coração como as concreções vitreas duma caverna.

Principiei a rir, ás vezes.

Eu não cheguei ainda aos pinaculos da sabedoria. Vou subindo.

Subir é ir um homem desdando os nós que atam a dôr estranha á sua: é ir tirando ás coisas tristes a sua essencia lacrimavel, por feição que o «Sunt lacrimæ rerum» de Virgilio não se aperceba».

E inconscientemente, talvez, dá o traço da sua personalidade de humorista que tem o mesmo contorno daquele que existe na definição que Paul Stapfer nos deu humorista: *Primeiramente, se não choro, condô-me; depois, esgravatando na raiz das dores humanas, encontro aí ou sedimento de perversidade ou ridicularias miserabilissimas. Então é o rir. E afim de que os padecentes me desculpem, rio primeiro de mim.»*

Ha, porém, tres condições essenciaes ao humorismo: intelligencia clara, sensibilidade delicada e vibratil e observação educada. Se estes tres requisitos se encontram na individualidade de um artista, a obra produzida será inevitavelmente uma obra de total, ou pelo menos de parcial humorismo. pois que do embate da personalidade do artista com os seres ou o meio que pretende pintar, nascerá, resultante da análise, um estado de desolado pessimismo ou de desilusão amarga. O «humour» não é outra coisa que a intensão moral disfarçada em indiferença.

Estava Camilo em condições de realizar um tal humorismo? Parece-me que não.

Esta especie de humorismo, provém principalmente de coisas objectivas, e puramente intellectuais. A intelligencia do humorista reagiu quando no seu espirito se virificou o antagonismo do mundo que o cerca com a idéa que êle tinha do que devia ser esse mundo. Daí nasce o descontentamento que por sua vez gera uma certa energia combativa que logo será abrandada e amolecida pela sensibilidade. Então, o humorista fechar-se-ha dentro da sua obra e será escrevendo ou pintando, desenhando ou esculpindo que fará a sua campanha e julgará exercer a sua acção de forma a conduzir as coisas onde julgará estarem a verdade, a beleza e a justiça. Outro não é o humorismo de Cervantes, de Sewift e, entre nós portuguezes, do cavaleiro de Oliveira e de Eça de Queirós.

Não é desta especie o humorismo de Camilo. Nesta forma de humorismo de que

tenho vindo a falar, e que é a sua mais nobre e mais bela forma, o desacôrdo entre a intelligência e o ambiente de factos é muito mais intenso que o que existe entre a sensibilidade e esse mesmo ambiente. Em Camilo, o desacôrdo entre a sua intelligência e a sociedade que o rodeia, é apenas aquele que vulgar e inevitavelmente existe, entre alguém culto e um meio ignorante. O seu humorismo provém quasi unicamente do desequilibrio que se deu entre a sua sensibilidade e imaginação e as condições gerais da vida nesse tempo. A sua desilusão — todo o humorismo nasce de uma desilusão — é puramente sentimental, não sofre a dôr da intelligência senão secundariamente, reflexamente.

Assim o humorismo camiliano não é, por exemplo como o de Eça de Queirós, objectivo e portanto serêno. Eça traçou a parte hegemónica de uma sociedade, destacando-lhe o seu lado ridiculo, a sua face hedionda, seus sentimentos mesquinhos, mas sem lhe exaggerar os traços nem deformar as linhas.

Nunca fez uma caricatura ou uma sátira movido apenas pelo seu rancor pessoal — pintou o que viu, narrou o que havia ouvido, acentuando e sublinhando apenas aqueles traços que mais a caracterisavam e melhor a revelavam. O seu humorismo sendo iminentemente combativo é contudo orientado num superior sentido de verdade e de justiça. Ele mesmo o dirá: «*A minha ambição seria pintar a Sociedade portugueza, tal qual a fez o Constitucionalismo desde 1830 — e mostrar-lhe como num espelho, que triste paiz eles formam — elles e ellas!!*» (T. Braga. Quarenta anos de Vida Literaria).

Ora Camilo só viu o Andraens quando o Andraens com êle boliu, só creou Calisto Eloi quando quiz — mas sem o fazer personagem central — satirisar no Dr. Liborio um adversario de polémica. O seu humorismo não é uma attitude intelectual, nem uma attitude moral — é uma especie de deslorço, qualquer coisa de muito apaixonado e rancoroso. Camilo, rindo, era influenciado por o riso dessa gente embuchada de feijão branco e oreilha de sevado. Riso superior, sim, mas nêle se vão encontrar todas aquelas características com que definia o espirito português: «*Aqui o dardo do sarcasmo alcança apenas o scôpo onde a calumnia mira. As gargalhadas, como aqui as ascolem estas maxilas alvares dos goliardos professos, vingam mariar a honra dum homem, desluzindo-lhe o passado, enoitando-lhe o futuro, infernando-lhe o santuario da familia. Isto é o mais. Receal-as, todavia, como atentorias das instituições civis ou religiosas, seria dar-lhes a honra de ridicularisarem quem as teme.*

«*Aqui não ha esgrima de facecia que entre dois contendores decida um pleito util. Dois homens que se medem e floreteam a remoques são dois fundibularios que se apedrejam*». «*A Mulher Fatal*».

(Notas para uma conferência a realisar.)

Castelo Branco Chaves.

NOTA DA REDACÇÃO — Dos integralistas que premaneceram fora do Pacto de Paris, hoje é o illustre publicista sr. Castelo Branco Chaves, que vem trazer a sua brilhante colaboração ás páginas desta revista.

A Acção Realista portugueza não é um partido, é um movimento de ideias, ideias que, representando o nacionalismo integral português, são as mesmas do Integralismo Lusitano. A nossa fidelidade e obediencia a El-Rei não nos podem afastar. pelo contrario, aconselham-nos a procurar unir e reunir todos os valores nacionalistas para a Restauração de Portugal.

Portanto, o incidente politico que separa Castelo Branco Chaves de nós, não impede que nos encontremos num superior pensamento commum, e que n'os desvaneçamos com a sua colaboração.

ECOS

AINDA O MANIFESTO

Temos recebido várias cartas, de diversos pontos do país, manifestando á Acção Realista o agrado com que foi conhecido o manifesto do Conselho Superior da Politica Monarquica no qual se revela o desejo de imprimir a toda a Causa monarchica uma nova orientação inteligente e construtiva, vizinha do doutrinarismo politico que o nosso movimento defende e propaga.

Realmente folgámos de veras com as declarações do Conselho Politico, que vieram desfazer mal entendidos e irritações, e permitir á Acção Realista colaborar com todos os monarchicos em tudo que seja compativel com os nossos principios e vise o interesse nacional.

E, fazendo es a declaração salientaremos a acção inteligente e conciliadora desenvolvida pelo sr D. Tomás de Vilhena no sentido de ser reconhecida á Acção Realista a justiça das suas pretensões. Essa satisfação foi dada — como já fizemos notar no nosso número anterior — quanto á interpretação do Pacto de Paris e quanto ás verdades politicas que sempre afirmámos. E' o próprio Conselho Superior que as reconhece em grande parte, desembaraçando-se de ligações liberalistas que já não tinham razão de ser, e imprimindo á Causa que dirige o aspecto duma Causa nacional.

E' pois justificado o jubilo dos nossos amigos que nos escrevem; e agora de esperar é que a Acção Realista — não abdicando nem da sua autonomia nem da integridade do seu programa — possa desenvolver amplamente a sua acção não só fora mas dentro da Causa monarchica.

ERNESTO GONÇALVES

Partiu no passado dia 20 para a Madeira, de visita a sua familia, o nosso querido camarada dr. Ernesto Gonçalves, que, como membro da Comissão Executiva da Acção Realista, e com os limitados recursos de que pôde dispôr, com tanto acerto politico e brilho literário, tem dirigido esta revista.

Aproveitando a sua ausência, que felizmente será curta, deixamos aqui consignada a estima que, dentro do nosso movimento, todos lhe dedicam e a consideração em que são tidos os seus profundos conhecimentos da doutrina que defende e o belo estudo que aos seus escritos imprime.

Animado duma grande fé nacionalista, Ernesto Gonçalves é um autêntico valor da nova geração.

DR. ALFREDO PIMENTA

O sr. Paulo Freire (Mário) lançou no mercado um livro de comentários ás cartas de El-Rei D. Carlos dirigidas ao sr. João Franco. Nesse livro attribuem-se ao jornalista sr. Meira e Sousa palavras sobre o regicidio das quais se depreende que o nosso illustre amigo e colaborador sr. dr. Alfredo Pimenta teria querido que se matasse o Rei para em seguida se proclamar a Republica.

O dr. Alfredo Pimenta publicou na «Epoca» uma carta demonstrando a inexatidão de taes afirmações e o sr Meira e Sousa veio igualmente á imprensa declarar não ser verdade ter ouvido tal opinião ao sr. dr. Alfredo Pimenta.

Ficou assim desfeita a falsidade do livro do sr. Paulo Freire, tão desagradavel para o nosso prezado amigo e illustre escritor sr. dr. Alfredo Pimenta. O que é lamentavel é que tão levemente se façam afirmações daquela gravidade que, apesar de falsas, molestem a sensibilidade da pessoa atingida.

Alfredo Pimenta tem mantido sempre, atravez da sua vida politica e literaria, uma logica, uma isenção, e um aprumo que ninguem de boa-fé lhe pode negar.

A sua evolução mental seguiu a órbita descrita por tantas inteligencias que buscam apenas a verdade. Desprezou todos os favores da politica para manter sempre impoluta a sua consciencia.

A sua grande intelligencia, a sua vasta cultura e a isenção do seu caracter honram o nosso movimento.

Eram pois desnecessários desmentidos a uma tal porcaria, no entanto muito folgamos de ver assim desfeita uma atoarda que é sempre desagradavel.

CAPITÃO ALVES DE CAMPOS

Um grupo de senhoras da nossa primeira sociedade tomou a bondosa iniciativa de promover em nome da Acção Realista Portuguesa uma «boule de neige» destinada a angariar donativos que constituam um presente do Natal a oferecer aos 8 filhinhos do heroico e desventuroso servidor da Causa monarchica que foi o capitão Alves de Campos, os quais se encontram nas mais precarias circunstancias.

A Acção Realista Portuguesa agradece, em primeiro lugar, a essas nobres senhoras virem associar o nome deste movimento a uma tal obra de caridade; e, depois, recomenda a todos os seus ami-

gos que, nas festas alegres desta quadra do ano, se lembrem dos desventurados orfãos do capitão Campos e lhes minorem o luto do seu coração correspondendo ao apêlo destas nobres senhoras portuguesas.

Distribuem-se cartões da «boule de neige» na nossa redacção.

DR. FREDERICO PERRY VIDAL

Tivemos o prazer de abraçar, há dias, nesta casa, o distinto advogado e nosso amigo sr. dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal que, espontaneamente, veio inscrever-se nas fileiras da Acção Realista.

Este facto é para nós motivo de dupla satisfação. Em primeiro lugar, porque traz para nosso lado um erudito e talentoso combatente do nacionalismo integral que promete continuar connosco a campanha dos bons principios; em segundo lugar, porque revela uma justa compreensão do papel que a Acção Realista cumpre desempenhar: — não dividir, mas, pelo contrário, aproximar, conglobar esforços, unir.

O acôrdo dinástico de Paris de 1825 não foi recebido com a boa-vontade que seria para desejar. Elementos valiosissimos do movimento nacionalista português persistiram em se conservar *à parte* ou em depôr as armas com que dirigiam a gente moça de Portugal.

A Acção Realista, tendo de se defrontar com duas fortes reacções — a que desejava que a Causa Monárquica fosse um partido politico dentro do qual a ideia nacionalista não poderia caber; e a que se conservava afastada de El-Rei por julgar que a Causa monárquica era insusceptivel duma benéfica transformação — lutou com enormes dificuldades. Mas hoje, pode-se dizer que marcou a sua situação, venceu.

Venceu a primeira reacção conquistando para os bons principios nacionalistas e tradicionalistas o lugar que lhe competia; e venceu a segunda, como se vê pela inscrição do dr. Perry Vidal nas fileiras da Acção Realista Portuguesa.

Perry Vidal integralista desde os tempos de Coimbra, aguardou que as promessas do Pacto de Paris tivessem uma sólida garantia de estabilidade. Intransigente em seus principios, encontrou essa garantia na Acção Realista que durante o ano da sua existencia provou bem que não consentiria que dentro da Causa monárquica as aspirações do nacionalismo integral fossem menos respeitadas. Por isso a ela se acolhe, para continuar a propagação da doutrina que sempre defendeu.

Saudamos vivamente o illustre autor desse trabalho tão completo, que é «A descendencia de El-Rei D. João VI» e contamos com a sua actividade intelectual no prosseguimento do bom combate.

DECLARAÇÃO DE FALÊNCIA

O velho e respeitavel democrata sr. dr. Jacinto Nunes, numa entrevista concedida ao «Diario de Noticias», manifesta a sua mágua pela marcha dos negócios publicos e termina assim as suas considerações:

«Que remedio julga V. Ex.^a possivel a esta lamentavel situação?

— Primeiro que tudo arrancar o poder das mãos do partido que vem arrastando o país para uma verdadeira e completa derrocada financeira...

— Mas nenhum outro partido militante dispõe de maioria no Parlamento para governar...

— Bem sei, bem sei... O que ha a fazer é apelar para o país. Só assim se poderá conseguir uma maioria que respeite e faça respeitar a Constituição, anulando todos os decretos que violaram as garantias nela consignadas. O que é preciso é *um grande movimento nacional* que coloque no governo homens de reconhecida capacidade e provada honestidade e *absolutamente estranhos a politica partidaria...*»

São verdadeiramente preciosas estas palavras na boca dum dos nossos patriarcas do liberalismo triunfante. Para salvar a nação, é necessário pôr de parte sufrágio politico, indicação parlamentar, clientelas partidárias, enfim, todos os dógmas intangiveis da doutrina democratica, e *apelar para o país*, isto é, atender o verdadeiro interesse nacional.

Ao cabo de 80 anos duma vida sincera, o dr. Jacinto Nunes reconhece a falencia retumbante do seu idealismo politico e tem a nobreza de o vir confessar em público.

Recolhamos religiosamente este depoimento, que é a condenação duma geração que falhou. E, assim como o honrado Jacinto Nunes, na hora mais solene da sua vida, riscou o titulo de seu livro «Reivindicações democraticas», para escrever estas palavras: «Ilusões perdidas», assim os liberais que, ainda hoje, sonham com parlamentarismo e democracia fora deste bacanal em que a republica se estadeia, reconheçam tambem a falencia dos seus principios e adoptem a frase sincera do velho republicano: «Ilusões Perdidas» para epitáfio das suas convicções.

BEMFAZER

Da Comissão Politica Monárquica da Freguezia dos Restauradores recebemos a quantia de 20.000 réis para serem distribuidos por 4 pobres nossos protegidos.

Muito agradecemos aos nossos amigos que compõem aquella Comissão a caridosa oferta.

A PROVINCIA

Nado e creado na Provincia, sou, como todo o bom português que procura no esforço engrandecedor da sua terra-natal, a prosperidade da sua Patria, monarchico-nacionalista. E, se se me esta:rece a alma de dôr e mágua, ao notar o desprêzo solene com que o Terreiro do Paço olha de soslaio a pobre terra provinciana, só a conhecendo para lhe arrancar para perdularios esbanjamentos o que nela há de produtivo, consolo-me ao notar que há felizmente, a dentro da Causa Monarquica — aquella que em breves dias, para salvação de todos nós, terá de arcar com as responsabilidades governativas, — um corpo definido de doutrinas que se propõe dar à Provincia o que ela merece, aquilo a que tem direito pelo seu esforço trabalhador.

Neste desmanchar de feira, a que nos trouxe o liberalismo constitucional, irmão gémeo da democracia demagógica; neste desbaratar impudico de todas as energias sãs e vivificadoras, só impoluto e altaneiro resiste à tempestade obstinada do cretinismo liberal, o culto da tradição, que inda lampeja em quantos corações verdadeiramente portugueses.

Mas, grande erro: d'ella fizemos um sebastianismo doirado, contentando-nos em frases balôfas de banal rêtórica, na lembrança do que fomos, sem ao menos atentar no que podemos voltar a ser. Isto tem sido e será, se não se arrepiar a tempo caminho, a nossa maior culpa.

A Causa Monarquica, unica capaz de reatar o fio ora interrompido da vida nacional, toma hora a hora um incremento consolador, aviso salutar que melhores dias nos esperam. A sua acção porque deve ser de moralidade e ordem, não pode porém, não deve, estar apenas circunscrita à imoralidade indecorosa do sufragio eleitoral, e menos que isso, à sonoridade dos grandes palavrões, com que se entrou de desancar a republica. Batalha ingloria essa, em que, desperdiçando energias, nada ganhamos, tendo o adversario muito pouco a perder.

A obra deste regimen, em toda a negridão dos seus inconcebiveis erros e dislates, não necessita que lhe atirem pedras. Melhor que os monarchicos, teem sido os republicanos os coveiros da democracia.

Espantallo que se ostenta nos esgares agónicos da morte, não merece que percamos com ela o tempo preciso da menor censura. Filha do inorgânico e desorganizador parlamentarismo, morre-lhe às mãos, na impotencia dos que nem viver souberam. Nem sequer as arremetidas do caciquismo eleitoral — característica provada do democratismo — lhe influe vida ou calôr. Putrefacta e imunda, em pouco baixará à vala comum dos que sem vida só o mal praticaram.

E não é de boa caridade, bater num ente morto...

Urge, contudo, que não assistamos impávidos ao estrebuchar do monstro. A Monarquia, será amanhã a salvação do país. É nela que o futuro há posto todas as suas complacências. Á beira duma proxima restauração, ha que aproveitar o tempo que perdulariamente gastamos não apupando uma coisa de que só a sombra existe, mas dizendo à Nação o que será a futura Monarquia, o que dela ha a esperar, o que ela fará.

Ela constitui o ponto essencial da prosperidade da Patria.

Mas, que Monarquia se vae restaurar? A que carcomida e entibiada baqueou em 1910, mais pelos proprios erros do que pela aventura da Rotunda? Não! Nós queremos a Monarquia volvida á pureza das suas tradições. O Rei, governando e reinando de forma a que o Seu poder seja qualquer coisa mais, que a torpe indicação duma maioria parlamentar.

Eivada pelos preconceitos do revolucionarismo francês, a Monarquia constitucional crivou em si o primeiro golpe, quando, tendo em vista servir o decantado regimen eleitoral, quebrou a autonomia do Municipio, despojou das suas merecidas e logicas benesses a Provincia portuguesa e tudo canalizou para a voracidade intravavel do Terreiro do Paço.

Esqueceu-se que a Provincia era a Força, a vida da Nação o filão intangivel da Economia Nacional.

O Municipio, que então tinha autonomia propria, adaptando-se aos legitimos interesses dos seus governados, especializando em conveniencias locaes as leis regedoraes pelo espirito seleccionador de competencias, passou a ser um organismo do Estado, sujeito aos erros governativos das altas esferas governativas, que tendo em mira interesses proprios e jamais promovendo o bem estar publico, dele dispuzeram a seu bel-talante. E o País, e a Nação, passou a ser Lisboa, por Lisboa mandada e por Lisboa governada.

Na Monarquia Restaurada, nós que não somos de 1910, queremos voltar á Terra, porque será de si mesma que a Terra ressurgirá. Teremos a Provincia federada, com a autonomia Municipal. Porque só assim refaremos a Familia base regular de toda a sólida organização.

E a Provincia, vivendo de si propria, das suas naturaes e vitaes qualidades productoras, subordinada ao alto poder do Rei, elevando-se a si mesmo, levará a Patria comum ao apogeu da felicidade aspirada.

Dezembro — 1924.

Oscar Paxeco.

Três mundos

Quando Roma se considerou senhora de quasi todo o mundo conhecido, e as fronteiras do seu império iam desde a fria Bretanha até à Numídia, do ponto Euxino às praias da Lusitânia, a paz e as riquezas geraram o luxo e a devassidão. Os deuses do Lácio foram destronados por mil divindades introduzidas pelos povos bárbaros, cujo culto eram sórdidas bacanais. A corrupção invadiu os palácios dos cézares e as aldeias dos soldados de Júlio e de Augusto.

Uma civilização inteira se submergia assim num mar de incontidência quando a revolta dos povos do norte ameaçou esfacelar o império romano. Francos, godos, hérulos, com seus deuses, seus costumes, sua barbarie, abandonaram em bandos as suas montanhas para vir subverter a requintada civilização latina. Foram invadidas a Gália, a Hispânia, e a própria Italia. E a cidade-eterna, a Roma dos grandes poetas, dos grandes generais, dos grandes monumentos, prostituida já por duzentos anos de desorganização e ruina, caiu finalmente em poder dos bárbaros.

•

Mas a esse tempo, de decadência e confusão, já uma nova luz vinha iluminar o mundo, e salva-lo da anarquia que se afigurava permanente. Um Homem que se inculcara filho de Deus, rodeado de doze rudes pescadores, lançara a semente duma religião de paz e de amor. Condenando a riqueza, a grandeza e o vicio, prometia aos humildes e aos que se arrependiam a felicidade eterna no reino de seu Pae.

Rapidamente se espalhou o Verbo divino, a palavra salvadora e civilizadora. No meio das trevas em que mergulhava a civilização antiga, surgia a luz do Cristianismo. Roma derrubou os seus deuses grosseiros para adorar a Trindade-Una, e os povos bárbaros que haviam descido como uma tormenta devastadora até às costas do Mediterrâneo converteram-se à Caridade e à Fé.

A grande civilização ia começar, à Idade-Média creadora e purificadora da Humanidade.

Eis como, no terrível embate da Barbarie com a Latinidade em decadência, surgiu a Idade Nova, a Idade redentora que purificou o Mundo de todos os flagelos que pareciam perde-lo, e o conduziu para a Ordem e para a Verdade.

•

Comparemos agora a convulsão tremenda que foi o ruir da Idade-clássica, com o triste e inquietante desmoronar de nossos dias.

A Renascença afastou o homem de Deus e preparou-o para a rebelião. A anarquia veio acompanhada, como em Roma, do luxo, da vénalidade, do vicio. Ao tombar das sociedades aristocratas, seguiu-se a corrupção das sociedades burguesas. Estas, hoje, per-

dem-se na concupiscência e na devassidão, sem grandeza nem beleza, como se dissolvia a côrte no baixo-império. Aos profetas que lhes anunciam o fim, elas respondem com a inconsciência dos seus aviltamentos.

O cortejo é funambulesco. São banqueiros que negociam as suas consciências, são emprezários que vendem a Pátria para viver na orgia, são políticos que se agrupam em bandos para assaltar o poder, são intelectuais que leiloam as suas convicções... As classes dominantes vivem num perfeito carnaval, à cata dos maiores prazeres, sem curar de salvar a sua raça, a sua Pátria, ou a sua alma em que apenas por snobismo fingem crer. Sem finalidade e sem freio, precipitam-se e precipitam-nos no abismo, tais como a sociedade dissoluta do baixo império romano.

E' aquilo a que se pode chamar o bolchevismo burguês.

★

E os bárbaros ?

Os bárbaros existem e marcham sobre o Mediterrâneo, como ha mil e setecentos anos ! Vêm tambem do levante em fúria devastadora, e ameaçam subverter novamente a latinidade em decadência. E' o bolchevismo vermelho.

Vêm dos Urais e do Volga — como os hunos — os soviets de soldados e camponeses. Mas êles serão mais para temer que os soviets ocidentais de políticos e financeiros ? . . .

Dois incêndios ameaçam a Europa : o bolchevismo vermelho e o bolchevismo burguês ; incêndios que talvez se confundissem na hora própria para mergulhar na mesma barbárie os vestígios da nossa civilização.

Tambem o mundo romano primeiro resistiu mas depois se entregou às hordas conquistadoras. O judeismo marxista e o judeismo da alta banca haviam de acabar por se entender magnificamente para retalhar as nacionalidades da agonia . . .

Que resta a estes, pois, para se salvarem ?

*

A Fé !

Enquanto as sociedades burguesas se pervertem e se perdem sem saber fazer frente ao inimigo, as verdades eternas ressurgem nas inteligências eleitas e na sub-consciência dos povos que querem salvar-se, e anunciam uma nova era de Virtude e de bem-estar.

Essas verdades conglobam-se nestas duas palavras : — Deus e Nação.

Talvez seja necessario descer ainda mais, expiar mais cruelmente as loucuras e os sacrilégios das gerações passadas, esperar o entre-choque, a confusão, o caos. Mas o amor de Deus aflora já hoje nas inteligências obscurecidas por cem anos de perversão mental ; e o nacionalismo consciente e viril, domina já o metafísico humanitarismo, para defeza dos interesses da grei.

Portanto a hora da salvação aproxima-se. Pode dizer-se até que a Grande-Guerra marca o início duma nova Idade-Média em que a luta pelos direitos da Igreja e das nacionalidades vai purificar os povos das suas demências e das suas perversões.

Emfim, como nos primeiros séculos do Cristianismo, entrechocam-se hoje três mun-

dos ; — o mundo democrático-burguês que corresponde à civilização pagã ; o mundo bolchevista que corresponde à invasão bárbara dos povos sublevados contra o império dos cézares ; e o mundo nacionalista e cristão, que conquistou já os espíritos, e cujo apostolado, feito muita vez de martírio, será invencível. Este corresponde à palavra do Evangelho que, através de tudo e contra tudo, triunfou e venceu.

E' necessário evangelizar novamente o mundo. Levar a palavra de Jesus-Cristo a todos os lares e a todos os corações. Difundi-la pela prática e pelo exemplo. Minar os alicerces deste baixo-império em que hoje vivemos, para que, quando elle derruir, um mundo novo se erga em seu logar capaz de salvar os homens e as nações.

Só a moral cristã pode purificar os costumes ; portanto só a cristianização das sociedades as pode salvar.

E então nem o paganismo de hoje em dia, nem os bárbaros do século XX conseguirão esmagar a nova civilização que já disposta sustida pelos seus princípios da Ordem e pelos imutáveis dogmas da Fé.

Caetano Beirão.

Acção Realista Portuguesa

«A POLITICA PORTUGUESA NO PASSADO, NO PRESENTE E NO FUTURO».

No dia 18 de dezembro, realizou-se a 3.ª conferência promovida pela Junta Municipal de Lisboa da Acção Realista Portuguesa. Como se annunciara, foi orador o antigo ministro da Corda, illustre escritor e vogal da Comissão Executiva da A. R. P. sr. conselheiro Antonio Cabral.

A grande sala do palacio Murça á cunha. O presidente da Junta Municipal, sr. eng.º Joaquim Padinha, convida para presidir àquella sessão o sr. conselheiro Fernando de Souza, recebido com grandes aplausos, que escolhe para secretários os nossos amigos srs. p.º Napolesim e Francisco dos Santos Silva.

O conferente inicia o seu discurso por um elogio ao sr. conselheiro Fernando de Souza, que a certa altura o interrompe amavelmente, dizendo-lhe que está a sair fóra do tema da conferencia.

Entrando no assunto, o sr. conselheiro Antonio Cabral diz estar a politica desacreditadissima, pois que, na Monarquia liberal, como na Republica, em vez de fazer-se politica, boa politica, antes se faz politiquice.

Traça o contraste da boa e da má politica. Para isso passa a pormenorizar os processos da má politica, da baixa politica.

Define e figura desmoralisadora do cacique, e mostra as exigencias dos influentes politicos em

levarem o governo a apresentar ao Parlamento projectos de leis que só eram de interesse deles.

Salientando caberem ao seu partido mais responsabilidades nos conluioz com os inimigos do regimen, refere tambem as terem os regeneradores e assim recorda o caso da eleição dos tres deputados republicanos pelo Porto, em 1900, após a peste bubonica, vindos ao Parlamento com o auxilio do partido regenerador.

Aprecia a politica dos republicanos no tempo da Monarquia, designadamente nos seus comícios, mostrando quanto neles se ultrajava o Rei e as instituições e o que neles se asseverava, as promessas, etc., para destacar o que hoje na Republica se faz negando o consentimento ás manifestações dos monarchicos.

A proposito da morte do dr. Sidonio Pais, diz ser o assassinio a arma da Republica, e acrescenta que nessa noite do assassinio deveria ter-se restaurado a Monarquia. De o não fazerem adveio o desastre de Monsanto. Condena o que fizeram os monarchicos então, indo para Monsanto em vez de tomarem outras posições. Elogia D. Carlos que fez boa e alta politica e que foi um grande Rei e um habil diplomata.

Refere-se ás perseguições á Igreja, assevera que essas perseguições repugnam á grande maioria dos portugueses, que é catolica.

Condinando as extorsões á Igreja Catolica, re-

prova e repudia igualmente alguns exemplos semelhantes que se deram na Monarquia

Continuando a apreciar a politica de hoje condena com vibração a recusa da Camara dos Deputados em conceder uma pensão á familia do mecanico Pinto Correia, morto com Sacadura Cabral, fazendo salientar as figuras destes.

Referindo-se á acção actual dos monarchicos combate a sua passividade e afirma que é pela politica a maneira da *Action Française* que se conseguirá chegar á Restauração, e pergunta por que é que vamos buscar tantos e maus exemplos á França, e não os bons.

Estas palavras são cobertas de muitos aplausos. Faz notar o que deverá ser a politica do futuro: emendar todos os erros do passado e reconstruir sobre bases novas.

Para reconstruir é preciso manter a ordem; a ordem, acrescenta, constantemente alterada em quatorze anos de Republica.

Acerca do operariado diz que a questão social requer o maior cuidado e atenção da Monarquia.

Outro problema, é a imprensa. A propósito afirma que muito poucos são os jornais que se podem ler e destes o primeiro de todos e «A Epoca», magnificamente redigido, independente, e da mais sã moral. Estas palavras, sublinhadas de apoiados, provocaram uma grande ovação ao sr. conselheiro Fernando de Souza.

Demonstra o que deve ser a politica futura, e conclui asseverando ser grande, esmagadora a tarefa da Monarquia.

Refere que El-Rei D Manuel, quando vier, o fará bem preparado porque o exilio lhe tem permitido esse preparo, e afirma ser seu successor o Principe D. Duarte Nuno, que ha de ser um grande rei.

Exalta a Patria Portuguesa, no que é interrompido por vezes com aplausos vibrantes.

No final, uma grande salva de palmas e apoiados.

O presidente sr. conselheiro Fernando de Souza agradece as palavras amaveis do conferente que tanto se alargou nas suas gentilezas.

Folga com a união da Familia Real Portuguesa, conforme o conferente salientou, e sauda o sr. D. João de Almeida, presente na sala, a quem a assistencia faz uma grande manifestação de simpatia.

Antes de se encerrar a sessão, o sr. Laertes de Figueiredo secretario geral da A. R. P., pede a todos que se inscrevam como voluntarios da Acção Realista, e que enviem livros para a nossa Biblioteca e agradece a cedencia das salas ao sr.

dr. José de Arruela, o que dá ocasião a este distincto advogado expressar quanto lhe agrada contribuir para um fim como o da reunião efectuada.

E a sessão encerra-se no meio de grandes e entusiasticos aplausos á Causa Monarquica.

DR. VALADARES BOTELHO

A Comissão Executiva da A. R. P nomeou seu delegado no Porto, nos termos das bases III e IV da nossa organização, o nosso querido amigo sr. dr. Antonio de Valadares Botelho. Fica portanto a cargo deste nosso dedicadissimo camarada a constituição das Juntas, Comissões e Núcleos em todo o distrito do Porto, até á formação da Junta Provincial do Douro. Na cidade, já temos a Acção Realista brilhantemente representada por uma Comissão composta de moços inteligentes e dedicados servidores da Causa monarchica, sob a presidencia do nosso prezado amigo e ilustre professor sr. Joaquim de Vasconcelos

O sr. dr. Antonio de Valadares Botelho tem sido dos mais entusiasticos e devotados propulsores da Acção Realista Portuguesa. Legitimista que acatou o Pacto de Paris, a sua inteligencia não podia deixar de o trazer até à Mensagem de 8 de Dezembro e ao nosso nacionalismo integral. E' de esperar portanto que este nosso querido camarada se desempenhe cabalmente do seu mandato, continuando a concorrer assim para o triunfo dos nossos principios que são o triunfo de Portugal

«A REALEZA»

Este brilhante semanário que se publica ha já 3 anos em Vila Real, que tem manifestado sempre as suas tendencias anti-liberais, e que é sem duvida um dos mais importantes jornais monarchicos da provincia, vai declarar-se no seu primeiro número do ano de 1925, órgão da Acção Realista Portuguesa em Trás-os-Montes.

Este facto reveste excepcional importancia para a expansão do nosso movimento pois é um aguerrido e inteligente batalhador que vem colocar-se a nosso lado na luta contra a Democracia.

Cumprimentando o seu ilustre director sr. José Luiz Alves Rodrigues, presidente da Junta Municipal de Vila Real da A. R. P., e fazendo ardentes votos pelas prosperidades do nosso colega transmontano, recomendamos a todos os nossos amigos que leiam, assinem e auxiliem «A Realeza».

LIVROS

«SOMBRA» *Versos de Guilherme de Faria*

O sr. Guilherme de Faria, um novo cheio de talento, que já se afirmou escritor com raros predicados, nos seus dois livros anteriores, acaba de publicar um belo volume de versos, que bem podia aparecer firmado por um velho *consagrado* sem perigo de deslustre. Nesta desgraçada terra perdeu-se o sentido das proporções e a critica e a imprensa louvam insensatamente os arrivistas ou os que a beijulam, e castigam com o silêncio aqueles que vivem sanamente fora da lisonja, entregues unicamente á rectidão da sua vida ou á religião da sua Arte. Porisso o autor da «Sombra» não recebeu as justas referencias que o seu trabalho merecia.

O sr. Guilhermo de Faria com os seus dezassete anos, dá-nos, nas trinta e oito paginas deste seu livro, a mais palpitante e inequivoca prova do seu pensamento profundo da sua sensibilidade artistica, marcando bem a sua personalidade como poeta. Os seus versos fogem da banalidade, da piéguice. Por vezes secos e incisivos. Se são belos na forma, no pensamento, nos *motivos* que encerram são ainda mais belos. Tem imperfeições? Mas o autor conta poucos anos ainda. Tomaram muitos velho crear tão belas imagens, tão profundos conceitos em versos iguais! Por vontade minha transcrevia o livro aqui para que todos os nossos leitores pudessem avaliar e apreciar a obra cuja leitura tão funda impressão me deixou.

A poesia «*Eu*», dedicada a D. Manoel de Castro, é um tanto personalista mas, confesso, é das mais belas que ultimamente se tem publicado. Original na forma, repassada de um estranho idealismo, traduzindo um estado de alma de quem leva os dias profundando os enigmas do seu *eu*, é admiravel.

«Sombra» é bem um livro que fez sombra aos que luctam neste ingrato campo das letras... Quem aos 17 anos dá uma tão bela prova de talento, de Arte, conquistando tão vincadamente o seu logar, tem o dever de proseguir persistentemente na cultura do seu temperamento artistico porque virá a ser uma figura literaria de primeira grandeza da nova geração.

O REI — *por Luis Costa*

O nosso prezado amigo sr. Luis Costa, vogal da Junta Municipal de Lisboa da A. R. P. publicou em *separata* a série dos seus interessantes artigos insertos nesta revista com o titulo «O Rei — comen-

tário ás cartas de El-Rei D. Carlos I ao sr. João Franco».

Como os nossos leitores devem estar lembrados, nesses artigos, Luis Costa borda á margem das cartas do grande Rei assassinado e de algumas considerações do autor do livro, os comentarios que um espirito nacionalista como o seu não pode deixar de formular, e tira as conclusões inevitaveis que levam á condenação formal do parlamentarismo e á defeza dos principios monarchicos libertos do *virus* da Democracia.

Escritos com elegância e lucidez, esses artigos careciam realmente da maior expansão. São, por assim dizer, o ultimo capitulo do livro do sr. João Franco, que o liberalismo não permitiu a este illustre estadista escrever... Essas conclusões era preciso formula-las á plena luz da verdade politica que nós propagamos. Porisso a *separata* agora publicada é da maior utilidade e merece a mais larga divulgação.

«NAÇÃO PORTUGUESA»

Está publicado o 1.º número da terceira série desta revista que o talento superior de Antonio Sardinha dirige. Não é necessario repetirmos que a doutrina nacionalista, que nas suas páginas se defende, é a mesma que guia a nossa acção politica dentro da Causa Monarquica. A *Nação Portuguesa* possui velhos e nobilissimos pergaminhos na campanha do Nacionalismo Lusitano. A' pleiade que a formou se deve o primeiro grito nacionalista, em plena desagregação democratica. A *Nação Portuguesa* prossegue na sua obra de reconstrução e de cultura nacionalista.

REVISTA DA HISTORIA

Esta importante revista scientifica, suspensa desde o n.º 46 (Abril — Junho de 1923, XII ano), vae recommençar a sua publicação, agora a cargo da Empresa Literaria Fluminense, Ld.º por accordo firmado entre esta casa e o Director, Sr. Dr. Fidelino Figueirêdo.

SINAIS DOS TEMPOS — *por Lusitanus*

Este livro, a que nos referimos no nosso penultimo numero, tem tido um esplendido exito, encontrando-se quase exgotada a edição. Em breve será publicada em Londres uma tradução inglesa desta curiosa interpretação das profecias.

Publicações aconselhadas

- Marquez de Penalva — *Dissertação a favor da Monarquia.*
José Agostinho de Macedo — *O Desengano*
José Accursio das Neves — *Cartas de Hum Portuguez aos seus Concidadãos.*
José Liberato Freire de Carvalho — *Ensaio Historico Politico.*
Dr. Fr. Fortunato de S. Boaventura — *O Punhal dos Corcundas.*
Visconde de Santarem — *Memorias para a Historia e Theoria das Cortes Gerais*
» » » — *Opusculos e Esparsos.*
» » » — *Correspondencia.*
Dr. José da Gama e Castro — *O Novo Principe.*
Alexandre Herculano — *Historia de Portugal.*
» » — *Opusculos.*
» » — *Cartas.*
Francisco Antonio da Cunha Pina Manique — *Portugal desde 1828 a 1834.*
Antonio Joaquim de Gouveia Pinto — *Os Caracteres da Monarquia.*
Faustino José da Madre de Deos — *Os Povos e Os Reis.*
D. Miguel Sotto Mayor — *O Marquez de Pombal.*
Henrique de Gama Barros — *Historia da Administração Publica em Portugal nos Seculos XII a XV.*
Ramalho Ortigão — *Ultimas Farpas.*
A. de Sousa Silva Costa Lobo — *Historia da Sociedade em Portugal no Seculo XV.*
Alberto Sampaio — *Estudos historicos e economicos.*
Oliveira Martins — *Portugal Contemporaneo.*
» » — *Os Filhos de D. João I.*
» » — *A Vida de Nuno Alvares.*
» » — *Dispersos.*
Eça de Queiroz — *Uma Campanha Alegre das Farpas.*
A. Porfirio de Carvalho — *Onde está o Absolutismo?*
J. Fernando de Sousa (Nemo) — *A Religião na Monarquia.*
Fialho de Almeida — *Saibam quantos.*
J. A. da Silva Cordeiro — *A Crise em seus aspectos moraes.*
Henrique de Paiva Couceiro — *A Democracia Nacional.*
Julio de Mello Matos — *Cooperativismo Agrario*
A. Xavier Cordeiro — *O Problema da Vinculação.*
Hipolito Raposo — *O sentido do Humanismo.*
Alfredo Pimenta — *Politica Monarquica — A questão Monarquica — A Situação Politica — Comentarios Politicos — A Revolução Monarquica — Cartas Monarquicas — As bases da Monarquia futura.*
Luis de Almeida Braga — *O Culto da Tradição.*
» » » — *O Mar Tenebroso.*
João do Amaral — *Aqui d'El-Rei!*
Fernando Campos — *Os Nossos Mestres ou Breviario da Contra Revolução.*
Caetano Beirão — *Uma Campanha Tradicionalista.*
» » — *A Lição da Democracia.*
José Pequito Rebelo — *Pela dedução á Monarquia.*
» » — *Cartilha do Lavrador.*
Armando da Silva — *A Crise das Democracias.*
Rollão Preto — *A Monarquia é a Restauração da Inteligencia.*
Nação Portuguesa (1.ª série).
A Questão Ibérica.

A ACÇÃO REALISTA PORTUGUESA

QUERE:

A organização da sociedade tendo por células primárias a **FAMILIA, o MUNICIPIO e o SINDICATO PROFISSIONAL;**

A constituição dumas **CORTES GERAIS** representativas dos interesses da **IGREJA, da TERRA, da INTELIGENCIA e da PRODUÇÃO;**

UM REI que **GOVERNE** e escolha **LIVREMENTE** os seus ministros, **RESPONSAVEIS PERANTE ELE;**

Uma **MONARQUIA**, enfim, liberta de todas as mentiras democraticas, expressão fiel da **TRADIÇÃO PORTUGUESA** e do verdadeiro **INTERESSE NACIONAL.**

Monarquicos! Inscrevei-vos

na

Acção Realista Portuguesa

Rua da Barroca, 59, s/loja — LISBOA